

As diretrizes críticas e a crítica das Diretrizes: o “conflito das faculdades” na área acadêmica de Comunicação

The critical curriculum guidelines and the guidelines critics: the “conflict of the faculties” in Mass Communications scholarship

Eduardo Meditsch
emeditsch@gmail.com

Professor Titular da UFSC, Pesquisador do CNPq.

Resumo

Este artigo toma como referência o texto “O conflito das faculdades” do filósofo Immanuel Kant, considerado fundador da concepção da moderna universidade de pesquisa, para discutir a polêmica gerada no campo acadêmico de Comunicação com a aprovação das novas Diretrizes Curriculares de Jornalismo, Cinema e Audiovisual e Relações Públicas. Identificando no debate as posições clássicas que se opõem historicamente no seio da universidade sobre suas funções ideais – a produção desinteressada de conhecimento, de um lado, e a formação profissional socialmente engajada, de outro – recupera, na história da área acadêmica, como estes pontos de vista se solidificaram no interior da área e propõe que o não enfrentamento da questão pode fragilizar e ameaçar o seu futuro.

Palavras-chave: área de Comunicação, Novas Diretrizes Curriculares, Conflito de Faculdades.

Abstract

This article takes as a reference the text “The Conflict of the Faculties” by the philosopher Immanuel Kant, who is considered the founder of the modern view of a research university, to discuss the controversy generated in the academic field of Communication with the approval of the new curriculum guidelines for undergraduate programs in Journalism, Film and Audiovisual and Public Relations. Identifying in this debate the classical opposing points of view about the ideal roles of the university – the disinterested production of knowledge, on the one hand, and the socially engaged professional training, on the other – it traces the way in which these views were solidified within the area and suggests that not confronting the issue can weaken and threaten its future.

Keywords: communication scholarship, New Curriculum Guidelines, Conflict of Faculties.

Em 1798, o filósofo Immanuel Kant publicou um texto intitulado “O conflito das faculdades”, em que faz uma crítica da universidade de sua época, dominada pelo objetivo da formação profissional da elite dirigente nas então chamadas “faculdades superiores” de Teologia, Direito e Medicina, as únicas profissões reconhecidas como de nível superior. Kant expressa o ponto de vista da então chamada “faculdade inferior”, a de Filosofia, que, àquela altura, englobava também todas as ciências exatas, naturais e humanas e que, naquela estrutura, como a designação sugeria, tinha uma função secundária e meramente instru-

mental na instituição universitária dirigida pelos objetivos das “faculdades superiores”.

Kant aponta então que a filosofia e as ciências só poderiam se desenvolver plenamente se conquistassem sua autonomia em relação às questões extracientíficas – como as preocupações práticas da formação profissional – e sugere uma outra estrutura universitária que garanta essa autonomia capaz de permitir à “faculdade inferior” que deixe essa condição, passando a guiar-se por seus próprios critérios, através da validação pelos pares, e por seu objetivo, o avanço do conhecimento, de forma independente e

desinteressada, não limitada pelas amarras e imediatismos da vida prática (Kant, 2008).

A doutrina de Kant seria implementada na universidade prussiana a partir de seu discípulo Wilhelm von Humboldt, que fundou a Universidade de Berlim em 1810, instituição que, a partir dessa nova perspectiva, lograria um fantástico desenvolvimento intelectual e científico. A partir de então, e até ser destruída pelo nazismo nas décadas de 1930-40, toda a universidade alemã, tendo a de Berlim como exemplo, constituir-se-ia na principal referência de produção de conhecimento para o mundo, e seu modelo seria reconhecido internacionalmente como a base da moderna universidade de pesquisa (Taylor, 2010, p. 63-64).

Embora tenha méritos inegáveis, evidenciados por seus resultados no processo de produção e acumulação de conhecimento, a filosofia da universidade de pesquisa, traduzida contemporaneamente em sua estrutura de autonomia departamental, gera dificuldades para a compatibilização entre as várias funções sociais que a instituição se propõe a desempenhar e que não se limitam à produção de novos conhecimentos.

Em 2008, o então reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, Álvaro Prata, resumiu estas tensões num evento sobre o futuro da universidade realizado na USP. O reitor da UFSC citou quatro diferentes tradições do mundo universitário: a alemã, de Humboldt, com foco na pesquisa; a inglesa, do cardeal Newman, com foco na educação; a francesa, de Napoleão, que profissionaliza; e o modelo de Tomás de Aquino, que organiza. Na opinião de Prata, a universidade do futuro terá várias missões: além de educar, pesquisar, profissionalizar e organizar o conhecimento, será preciso interagir fortemente com a sociedade: “Não há espaço para o intelectual absorto e descompromissado” (Jornal da USP online, 2008).

Para seus críticos, as consequências negativas da autonomia prevista no modelo humboldtiano seriam a criação de barreiras entre a universidade e a sociedade, e também dentro da própria universidade, separando seus departamentos em compartimentos estanques. O modelo inspirado por Kant também hierarquiza as atividades acadêmicas, com a criação de novo conhecimento valorada acima do ensino. Desta forma, não apenas contribuiria para o desprestígio social da função de professor com uma divisão de trabalho dentro da própria universidade (“quem sabe pesquisa e publica, quem não sabe ensina”), como reproduziria uma distinção elitista entre alta e baixa cultura, em que a pesquisa desinteressada seria apontada como intrinsecamente valiosa, enquanto o ensino voltado para as necessidades do mundo prático seria visto como questão menor (Taylor, 2010, p. 56-59).

O conflito das faculdades diagnosticado por Kant na universidade do século XVIII, desta forma, persistiria hoje nas universidades de pesquisa, porém com a relação de poder invertida – a então “faculdade inferior”, desdobra

agora em uma multiplicidade de departamentos autônomos empenhados no avanço de conhecimento em suas áreas, tornou-se o modelo a ser seguido, com as ciências puras impondo seus critérios às ciências aplicadas ligadas às profissões que a universidade forma. Embora as profissões tradicionais conservem seu poder na estrutura universitária – no caso da Medicina e do Direito, acompanhadas agora pela Engenharia, pois a Teologia foi substituída pela fé na tecnologia –, mesmo no interior delas a lógica kantiana se impõe.

O conflito, assim, não se dá atualmente apenas entre áreas de conhecimento, mas também no interior das mesmas. É particularmente notável numa área de massa crítica tão heterogênea quanto a de Comunicação. Em grande parte, este conflito explica as posições assumidas nos embates recentes ocorridos na área, como o da reclassificação das áreas de conhecimento do CNPq, em 2005, e o das novas Diretrizes Curriculares da graduação, a partir de 2009. A espuma retórica observada nos debates muitas vezes é motivada por diferenças pessoais, grupais e corporativas que não devem ser ignoradas, mas dificulta a visibilidade das correntes profundas e do tamanho dos icebergs para onde o barco em que a área acadêmica navega vai sendo levado.

Uma evidência desta ameaça, no panorama internacional, foi a decisão pelo fechamento da Escola de Jornalismo e Comunicação de Massa na Universidade de Colorado (depois imitada na Universidade de Evory). Diferentemente do que foi entendido por pessoas importantes da nossa área no Brasil, não se tratou apenas do fechamento de um curso de Jornalismo, mas sim de toda a área de Comunicação daquela universidade, que envolvia uma escola centenária e muito bem avaliada pelos pares, tanto em relação a seu ensino de graduação quanto a sua pesquisa na pós-graduação em *Mass Communication*.

A justificativa apresentada pela reitoria da Universidade de Colorado para esta decisão foi de que, após várias consultas realizadas, concluiu que a escola não era considerada importante nem pela área profissional específica, nem pelo conjunto da comunidade científica. Avaliações deste mesmo tipo já eram feitas na década de 1980 nos Estados Unidos, um país onde as principais universidades (Harvard, Yale, MIT, Chicago...) nunca reconheceram a Comunicação como área autônoma e onde os pesquisadores da própria área preferem ser identificados nos currículos pelos títulos que obtiveram em outras áreas (Sociologia, Linguística, etc.). O problema da legitimação do campo, quer diante da ciência, quer diante da sociedade, quer diante de si mesmo, passa necessariamente pela compreensão do processo histórico de sua institucionalização social e cognitiva (Meditich, 2012, p. 146-173).

Esta tarefa, no entanto, é dificultada pela forma peculiar como o campo acadêmico da Comunicação se institucionalizou, em nosso país e no mundo, caminho este

que provocou um apagamento da memória de como isso se deu.

No Brasil, a crise de legitimidade da área foi posta a público recentemente pela aprovação, pelo Conselho Nacional de Educação, de novas Diretrizes Curriculares para a graduação. O processo foi iniciado com a aprovação das Diretrizes para o Curso de Cinema e Audiovisual em 2006, subárea que também esteve na vanguarda da defesa de autonomia no campo científico com a criação da Sociedade Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual (Socine) em 1996, e também do Fórum de Ensino de Cinema e Audiovisual (Forcine).

O movimento autonomista da subárea de Cinema e Audiovisual foi recebido e assimilado sem muito alarde na Comunicação, seja pelo fato da inserção desta subárea no campo ser recente e ainda discutida (anteriormente pertencia à área de Artes), seja pelo gesto diplomático da Comissão que redigiu a proposta das novas Diretrizes, que previu a possibilidade delas serem utilizadas por cursos de Cinema e Audiovisual que optassem por continuar como habilitações dos cursos de Comunicação. Embora sem nenhum efeito prático, pois todos os cursos de Cinema e Audiovisual que reformaram os currículos desde então optaram pela autonomia, e ainda porque a perspectiva da Comunicação foi minimizada ao extremo nessas Diretrizes (só aparece no quinto eixo de conteúdos, diluída nas Artes e Humanidades; cf. Brasil, 2006), o gesto diplomático deu resultado, e as diretrizes de Cinema e Audiovisual, embora notoriamente procurassem se diferenciar dos cursos de Comunicação, foram assimiladas sem grande resistência política.

Mas com relação à autonomização dos cursos de Jornalismo, proposta pelo MEC e avalizada pela Comissão de Especialistas que elaborou essas outras Diretrizes (Melo *et al.*, 2009), isso não poderia ser igual: não se tratava de uma subárea agregada ao campo preexistente, mas da subárea que lhe deu origem. Ainda que a de Jornalismo já não fosse a habilitação mais numerosa entre os cursos de Comunicação do país (superada pela de Publicidade), sua autonomização tinha um valor simbólico muito importante, tanto que, embora a homologação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Relações Públicas fosse anunciada simultaneamente (Brasil, 2013) e com a mesma perspectiva de autonomização em relação aos Cursos de Comunicação, quase que apenas as de Jornalismo são consideradas no debate posterior (como, por exemplo, no dossiê publicado na Revista Cult (2014).

As críticas às Diretrizes disseminadas desde então – principalmente pelas redes sociais e a lista de e-mails da Compós – expressam o descontentamento de uma parcela importante dos pesquisadores da área com suas possíveis (e às vezes imaginárias) consequências, mas em nenhum momento se ocupam de suas causas. As Diretrizes já definidas – de Cinema e Audiovisual, Jornalismo e Relações

Públicas – e a proposta de autonomização que têm em comum são o resultado do amadurecimento de uma crítica reiterada à forma atual de funcionamento do campo, que a subárea de Teoria da Comunicação não tem levado em consideração.

Considerar como subárea a Teoria da Comunicação já causará nela um certo estranhamento, uma vez que pela própria natureza de seu objeto de estudo se habituou a pensar a área como um todo e a pensar a si própria dentro dela como quem expressa este todo, e não um de seus compartimentos. Esta impressão certamente terá sido reforçada pela posição de hegemonia que esta subárea assumiu historicamente no campo, a partir de seus reconhecidos méritos acadêmicos – bastante acima da média das demais subáreas – e de seu protagonismo na construção da pós-graduação na área.

A partir deste lugar de saber e poder, conquistado em grande parte por seus méritos científicos, mas em parte também não desprezível pela intervenção de variáveis extracientíficas na institucionalização da área (como veremos adiante), a subárea de Teoria da Comunicação nem sempre deu a devida atenção ao fato de que subsistiam no campo outras formas de ver a área que não coincidiam com a dela e que, numa sociedade que se organiza cada vez mais em redes de interesse, e não de forma hierárquica, estavam além de sua possibilidade de justificação e controle.

A realidade de um campo acadêmico cindido já ficou bastante evidente no debate sobre a reconfiguração das áreas de conhecimento, proposta pelas agências de fomento em 2005. Num debate realizado na USP por iniciativa da então representante de área no CNPq, professora Maria Immacolata Lopes, as subáreas de Cinema e Audiovisual, Jornalismo e Relações Públicas (não por acaso as que estão com novas Diretrizes Curriculares autônomas agora) manifestaram sua inconformidade com a proposta de classificação que a Associação dos Programas de Pós-Graduação (Compós) propunha – em nome de toda a área – e que expandia a Teoria da Comunicação até ocupar dois terços das subáreas, espremia as demais subáreas de forma a não ocuparem mais do terço restante, fundindo umas e rebaixando outras, inclusive a de Jornalismo, ao nível hierárquico inferior de “especialidade”, e retirava ainda a Comunicação toda da grande área de Ciências Sociais Aplicadas, para colocá-la nas Ciências Humanas.

Embora ficasse evidente no encontro que aquele desenho da árvore de conhecimento estava longe de representar o pensamento do conjunto da área, a proposta mesmo assim foi encaminhada ao CNPq pela Compós, mas chegou lá junto com outras que indicavam proposições contrárias (da Intercom, Socine, SBPJor, etc.), expondo às agências de fomento nossas contradições internas e fragilizando nosso reconhecimento pelas demais áreas de conhecimento. Além disso, deu um impulso novo à pul-

verização da institucionalização da área, que incentivou não apenas as novas Diretrizes autônomas, como também a construção de novas entidades científicas independentes (das subáreas de Relações Públicas, Publicidade, etc.) e novos programas de pós-graduação especializados (em Jornalismo, Cinema e Audiovisual, Comunicação Visual, etc.) a partir de então.

Além desse impulso à fragmentação da institucionalização social, o debate de 2005 também evidenciou as dificuldades de institucionalização cognitiva da área. Apesar de sua notória expansão e vocação para a interdisciplinaridade, vários representantes da subárea de Teoria da Comunicação presentes no encontro manifestaram seu desinteresse em conhecer e dialogar com a bibliografia considerada imprescindível para as subáreas e com tradições fortemente estabelecidas internacionalmente, como as Teorias do Cinema, do Jornalismo e das Relações Públicas. Por outro lado, os representantes dessas subáreas manifestaram que uma Teoria da Comunicação que não responde às perguntas suscitadas por suas práticas específicas (artísticas e profissionais) tem sua relevância diminuída numa área de ciência aplicada.

Nas manifestações das subáreas de Jornalismo, Cinema e Audiovisual e Relações Públicas apresentadas no debate de 2005, esta questão foi particularmente enfatizada, na medida em que os recortes da realidade propostos por uma Teoria geral da Comunicação ou da Mídia, embora iluminem outros aspectos importantes dos processos comunicacionais, tendem a ofuscar a diferenciação entre as várias práticas midiáticas que é essencial nas suas definições práticas e conceituação teórica. As novas Diretrizes dos três cursos preenchem esta lacuna sem suprimir o espaço da Teoria da Comunicação, mas desafiando-a a dialogar com as perspectivas teóricas das disciplinas aplicadas da área.

Porém este não é um desafio qualquer, pois implica uma mudança na forma de relacionamento entre as várias subáreas do campo acadêmico da Comunicação, que a subárea da Teoria da Comunicação, a partir de sua posição de poder e de saber, tem historicamente se recusado a rever. Sua resposta a este desafio tem sido a proposta de subordinação das demais subáreas a sua perspectiva, quando não a aniquilação do que concorre com ela. Jornalismo, Cinema e Audiovisual e Relações Públicas são admitidos como objetos, não só como objetos de estudo, mas, em outro senso, apenas como objetos, no mesmo sentido em que se usa a expressão “mulher-objeto”, destituída de sua condição de sujeito e silenciada em sua sujeição.

Esta relação de poder interna ao campo encontra explicação no processo de institucionalização da Comunicação como área acadêmica em todo o mundo e na forma como a mesma se deu no Brasil. A Comunicação Social chegou a nosso país da mesma forma que se originou a *Mass Communication* nos Estados Unidos nos anos 1930

(Meditsch, 2010) e antes dela também a *Publicística* na Alemanha nos anos 1920 (Rudiger, 2012): como um alargamento do interesse da já estabelecida área acadêmica do Jornalismo, de forma a dar conta de mais práticas e fenômenos comunicacionais socialmente relevantes.

A sua chegada ao Brasil se deu através do projeto da Faculdade de Comunicação, elaborado por Pompeu de Sousa em 1962 para a Universidade de Brasília dirigida por Darcy Ribeiro, e que reunia três escolas distintas, a partir de suas finalidades reconhecidas como diversas, apesar de seus pontos de contato e estrutura física comum: a Escola de Jornalismo (voltada à indústria da informação e opinião); a Escola de Rádio, TV e Cinema (voltada à indústria da recreação e arte) e a Escola de Publicidade e Propaganda (voltada à indústria da sugestão, seja comercial, política, social ou ideológica) (Sousa, 1965). Mas o projeto de Pompeu de Sousa e Darcy Ribeiro para a Faculdade de Comunicação não vingaria.

Com o golpe de 1964 e a destruição do projeto da Universidade de Brasília em 1965 (Salmeron, 1998), uma nova concepção de Comunicação seria implantada na universidade brasileira, primeiro na UnB e em seguida nos currículos mínimos impostos a todas as universidades do país, com uma finalidade diferente das anteriores: a sua instrumentalização política para a “guerra psicológica” contra o comunismo e para a legitimação do regime militar (Beltrão, 1965).

Neste novo projeto para a área acadêmica de Comunicação, o Jornalismo deveria desaparecer como escola independente, e a formação profissional se voltaria para um “comunicador polivalente”, que assumiria as funções da guerra psicológica com uma preparação multimídia e multifunção (Meditsch, 2012, p. 47-104). Repetir-se-ia assim, no Brasil, a destruição, pela instrumentalização política, da ainda nascente área acadêmica do Jornalismo, como já ocorrera na Alemanha durante o nazismo e que estava em curso na Guerra Fria por todo o mundo, através de entidades como a Unesco, o Ciespal e a IAMCR, por orientação da política externa norte-americana (Simpson, 1994).

É neste contexto que se deu a importação em massa de acadêmicos de outras disciplinas das Ciências Humanas para ocupar o espaço dos professores vindos das profissões da área, principalmente nas disciplinas teóricas, na configuração de um novo projeto de Comunicação na Universidade (Nixon, 1963, p. 36). E são esses professores, com formação principalmente nas Ciências Sociais, nas Ciências da Linguagem, na Filosofia e no Direito, que estruturam a subárea de Teoria da Comunicação e o “tronco comum”, teórico, dos currículos dos cursos. Vindos de disciplinas com maior tradição acadêmica para uma área que não tinha ainda cursos de pós-graduação, são eles os encarregados de criá-los, e seu trabalho é reconhecido pela elevação do nível científico do campo a patamares inatingíveis sem a sua colaboração.

A orientação política dos Departamentos de Comunicação no Brasil variou muito nas décadas seguintes, acompanhando o que acontecia internacionalmente na Unesco e no Ciespal nos anos 1980, então sob a hegemonia da social-democracia europeia, do marxismo e de outras teorias emancipatórias latino-americanas. De certa maneira, em relação à orientação macropolítica, o feitiço se virou contra o feiticeiro, e os que foram chamados ao campo para trabalhar para um projeto de dominação se voltaram teoricamente contra esse projeto. Num período mais recente, a motivação política de maneira geral caiu para um segundo plano, e embora as perspectivas críticas em relação ao jornalismo e à sociedade tenham se mantido, cada vez mais a área parece se voltar para a ciência desinteressada, em que a produção referendada pelos pares recebe mais atenção do que seu impacto na sociedade.

Mas no nível micropolítico, dentro dos Departamentos de Comunicação, estas viradas da orientação macro não atenuaram um conflito que a importação de massa crítica de outras áreas acadêmicas ali provocou: o “conflito de faculdades”, devido às diferentes vocações das ciências humanas e das ciências aplicadas. O conflito vem à tona toda vez que a área se obriga a refletir coletivamente sobre si própria, como ocorreu com a árvore do conhecimento em 2005 e com as novas Diretrizes Curriculares a partir de 2009. A discussão epistemológica sobre a Comunicação como disciplina não pode ignorar este debate teleológico que define o seu modo de ser.

Apesar das resistências que sofreram e das críticas que continuam recebendo, principalmente por parte da subárea de Teoria da Comunicação, as novas Diretrizes Curriculares – de Cinema e Audiovisual, Jornalismo e Relações Públicas – e as que ainda virão – de Publicidade e Propaganda e Rádio, TV e Internet – inauguram uma nova fase no ensino de graduação da área. Efetivamente, o que trazem de novo é um novo balanceamento entre os diversos conteúdos que já estavam explícitos ou implícitos nos currículos, abrindo mais espaço para a perspectiva das ciências aplicadas, sem excluir a perspectiva das ciências humanas, que continuará presente.

Frutos de uma postura crítica em relação à maneira como vinha sendo desenvolvido, sua motivação inicial foi concorrer para a melhoria do ensino das profissões ligadas à área e, por esta via, fortalecer a legitimidade social e acadêmica da Comunicação. Mas sua influência sobre a produção de conhecimento no campo, se tiver alguma, só poderá ser sentida a médio ou longo prazo. Se o impacto da novidade fizer a área reconhecer o conflito de faculdades que é inerente a sua constituição, e ela o equacionar de uma forma que não seja apenas destrutiva, já será um grande progresso, e estará se precavendo em relação a surpresas como as que aconteceram nas universidades norte-americanas de Colorado e de Evory.

Referências

- BELTRÃO, Luis. 1965. IV Seminário – Rio de Janeiro. In: CIESPAL, *Enseñanza de Periodismo y medios de información colectiva: Informe final*. Seminarios Regionales en América Latina. Quito, Ediciones Ciespal, no. 34, p. 339-355.
- BRASIL. 2006. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução No. 10, de 27 de junho de 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_06.pdf. Acesso em: 13 jun. 2014.
- BRASIL. 2013. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CSE/CES No. 1 de 27 de setembro de 2013. Resolução CSE/CES No. 2 de 27 de setembro de 2013. Disponíveis em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=19121&Itemid=866.
- JORNAL DA USP ONLINE. 2008. O futuro é multidisciplinar, não departamental. XXIX (849), 20 a 26 de outubro de 2008. Disponível em: <http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2008/jusp849/pag04.htm>. Acesso em: 12 jun. 2014.
- KANT, Immanuel. 2008. *O conflito das faculdades*. Tradução de Artur Mourão. Covilhã, Universidade da Beira Inferior.
- MEDITSCH, Eduardo. 2010. A Comunicação na *Journalism Quarterly* em 1935: uma lacuna na história oficial do campo. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, ALAIC, 7(13):30-39.
- MEDITSCH, Eduardo. 2012. *Pedagogia e pesquisa para o jornalismo que está por vir: a função social da Universidade e os obstáculos para sua realização*. Florianópolis, Insular/Posjor-UFSC.
- MELO, J.M. et al. 2009. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo. Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_final_cursos_jornalismo.pdf. Acesso em: 12 jun. 2014.
- NIXON, Raymond. 1963. *Investigaciones sobre Comunicación Colectiva: rumbos y tendencias*. Quito, Ciespal.
- REVISTA CULT. 2014. Dossiê O fim do jornalismo crítico? 17(188), mar.
- RUDIGER, Francisco. 2012. A trajetória da publicística como proposta criadora de uma ciência da comunicação autônoma nos países de língua alemã. *Comunicação e Sociedade*, 33(57):105-130, jan./jun.
- SALMERON, Roberto. 1998. *A Universidade interrompida: Brasília 1964-1965*. Brasília, Editora da UnB.
- SIMPSON, Christopher. 1994. *Science of Coercion: Communication Research & Psychological Warfare 1945-1960*. New York, Oxford University Press.
- SOUSA, Pompeu. 1965. A Faculdade de Comunicação da UnB. *Cadernos de Jornalismo*, Rio de Janeiro, Edições Jornal do Brasil, 1(2), jul.-ago.
- TAYLOR, Mark C. 2010. *Crisis on Campus: A Bold Plan for Reforming Our Colleges and Universities*. New York, Alfred A. Knopf.

Submetido: 15.06.2014

Aceito: 30.05.2015